

Editorial

DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3555

Conselho Editorial

Já há muito tempo denunciada e prenunciada, a tragédia climática planetária tem mostrado, gradativamente, seu potencial destrutivo. Têm se tornado comuns episódios nos quais evidencia-se o incontestável problema das mudanças aceleradas nas dinâmicas do clima, mostrando que a tragédia, sobretudo, social.

No início do mês de maio de 2024, chuvas intensas se acumularam de maneira até então inédita nas bacias de vários rios no estado do Rio Grande do Sul. Situação particularmente intensa ocorreu na Serra Gaúcha, onde a precipitação se intensificou nas bacias dos rios Taquari, Caí e Jacuí, provocando, além da devastação de cidades inteiras, também a elevação em níveis sem precedentes do Guaíba, às margens do qual se situa a capital Porto Alegre. Isso levou à inundação das áreas centrais e de diversos bairros da cidade e da região metropolitana, provocando também desabastecimento de água e energia. Em suma, a cidade viveu em pleno colapso durante semanas.

No estado do Rio Grande do Sul, o encontro de frentes estacionárias, com participação de correntes de origem polar, já é responsável por um histórico de inundações. O que chama atenção, agora, é principalmente a elevação do nível dos corpos hídricos a um recorde e a ocorrência de pontos múltiplos de inundação simultânea, levando a uma catástrofe generalizada e dificultando a mobilização de mecanismos de contenção e de socorro.

Para além da situação momentânea, é importante destacar os efeitos duradouros e a importância das ações de apoio para a recuperação do estado, observando as diversas consequências mais e menos imediatas, tais como: efeitos sobre a capacidade de reestruturação socioeconômica da população, afetada em seus comércios e empregos; efeitos sobre as áreas urbanas com potencial intensificação da especulação imobiliária; efeitos sobre as produções agrícolas a partir dos prejuízos nas colheitas e áreas de plantio. Perante essa situação, destacamos a necessidade de se considerar a importância da análise geográfica e das ações e práticas de geógrafas e geógrafos, particularmente fundamentais em situações como esta.

Apesar do ineditismo do acontecimento, também há de se destacar que o despreparo e falta de clareza na ação do Estado perante os eventos ocorridos, com uma vagarosidade generalizada em identificar, coordenar ações e orientar a população perante os acontecimentos, estão longe de serem casuais. As coincidências entre o que a jornalista canadense Naomi Klein revela em sua obra clássica *"A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre"*, em que ela relata como os desastres ocorridos pelo Furacão Katrina, em Nova Orleans no ano de 2005; e o que ocorreu agora no Rio Grande do Sul são espantosas. Claramente a maior coincidência está no fato de que logo em seguida (mas também, por que não,

antes e durante, especialmente no caso brasileiro) ao “choque” das calamidades socioambientais observa-se outro “choque”: o neoliberalismo!

O Rio Grande do Sul está ameaçado por essa outra calamidade agora. Notícias mostram que essa segunda “catástrofe” já começa a se abater sobre o estado. Um exemplo é a contratação de empresas de consultoria – como a Alvarez & Marsal, pela Prefeitura de Porto Alegre – hoje grandes difusores de políticas neoliberais. A doutrina neoliberal seguirá nas ações dos governos estadual e municipal, principalmente tendo em vista a defesa, de longa data, de um modelo de cidade neoliberal e financeirizada, com operações urbanas consorciadas que agravam a gentrificação e especulação urbana. Infelizmente, o governo federal não está isento na adoção de políticas de cunho neoliberal, já que práticas como a “voucherização”, mobilizadas na situação atual, foram justamente um dos instrumentos defendidos pelo “doutor do choque” Milton Friedman no contexto do desastre em Nova Orleans.

Cabe, portanto, aos geógrafos e geógrafas, não mais segregados nas divisões arbitrárias de “física” e “humana”, se atentar, mais do que nunca, no que vem sendo chamado de antropoceno, capitaloceno ou ainda chthuluceno, como chama provocativamente Donna Haraway, uma interpretação crítica do mundo exige saber que se orientar em política passa, antes de tudo, em saber “onde aterrar”, como nos chamou a atenção o saudoso Bruno Latour. Precisamos urgentemente sermos capazes de imaginarmos outros modos de fazer mundos e isso passa, indubitavelmente, por conseguir imaginar o fim do capital, ao mesmo tempo em que não permaneçamos sob a égide do pensamento moderno, que institui cisões entre a natureza e a humanidade, a política e a economia, o espaço e a sociedade. O retorno da Geografia ao centro do debate público passa por entender este expediente da conjuntura atual.



Mantendo o compromisso de contribuir com a divulgação de pesquisas científicas, reflexões e debates geográficos, o Boletim Campineiro traz ao público o primeiro número de seu décimo quarto volume. Buscamos, ao longo de nossas edições, trazer contribuições ao amplo debate científico, circulando temas e ideias em debate na Geografia a partir de artigos, entrevistas e outros materiais.

Esta edição apresenta aos nossos leitores nove artigos inéditos submetidos em fluxo contínuo, frutos de pesquisas diversas e instigantes, de valor reconhecido e atestado por nossos pareceristas. Trazemos, dentre as publicações, também uma entrevista com a geógrafa Sue Roberts e a tradução de um texto da geógrafa Doreen Massey.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura.